

**CADERNOS DE TRABALHO NETSAL**

**V1 #2 | 2013**



**IMAGINÁRIO E POLÍTICA NA MODERNIDADE.  
A TRAJETÓRIA DO PERONISMO**

**José Maurício Domingues**

## **CADERNOS DE TRABALHO NETSAL**

Os Cadernos de Trabalho NETSAL são uma nova publicação trimestral do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL) do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Esta série, iniciada em 2013, publica estudos que sejam resultados de pesquisas, empíricas e/ou teóricas, afins às linhas e áreas de trabalho do NETSAL. Trata-se de números monográficos que podem tanto discutir resultados de investigações finalizadas como propor novas agendas de pesquisa.

Publicado três vezes ao ano, aceitam-se trabalhos em português, espanhol e inglês. Propostas de textos, de até 50 páginas, podem ser apresentadas ao conselho de redação via email ([netsal@iesp.uerj.br](mailto:netsal@iesp.uerj.br)), acompanhados de resumo em torno de 120 palavras, em que fique clara uma síntese de propósitos, dos métodos empregados e das principais conclusões do trabalho, além de palavras-chave e mini cv do autor.

---

### **Conselho de Redação:**

Diretores: Breno Bringel e José Maurício Domingues

Editores: Fabrício Cardoso de Mello e Maria Clara Brito da Gama

Diagramação: Carolina Niemeyer

Copydesk: Amaro Silveira Grassi

---

---

**Netsal** – Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina

<http://netsal.iesp.uerj.br/index.php/pt/>

**IESP** – Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rua da Matriz, 82, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ CEP: 22260-100. Tel.: +55 (21) 2266-8300

<http://www.iesp.uerj.br/>

# IMAGINÁRIO E POLÍTICA NA MODERNIDADE A TRAJETÓRIA DO PERONISMO<sup>1</sup>

**José Maurício Domingues**

José Maurício Domingues é doutor em Sociologia pela London School of Economics and Political Science (LSE) e professor do IESP-UERJ. Seus últimos livros são *Teoria crítica e (semi)periferia* (Editora UFMG, 2011) e *Global Modernity, Development, and Contemporary Civilization* (Routledge, 2012)

## RESUMO

A análise sociológica da cultura, em especial da cultura política, avançou nos últimos anos, mas muito sob a influência do estruturalismo e do pós-estruturalismo, que insistem em binarismos para compreendê-la, como em Alexander e Laclau. Este texto busca, através da teoria da subjetividade coletiva e do recurso à teoria de Castoriadis sobre o imaginário, pensar o tema com peso na criatividade e na fluidez do sentido, deixando para trás tais binarismos. O caso do peronismo é focalizado empiricamente como objeto e suporte da análise. A partir desta análise específica, sugere-se uma perspectiva sobre democracia, em particular em termos da participação popular, nos quadros da modernidade, distante de qualquer compreensão vinculada a teses sobre o chamado “populismo”. Palavras-chave: mulheres rurais, sindicalismo, igualdade, poder, democracia.

Palavras-chave: sociologia da cultura, teoria sociológica, imaginário, peronismo, subjetividade coletiva

## ABSTRACT

The sociological analysis of culture, especially of political culture, moved forward in the last years. But it did so very much under the influence of structuralism and post-structuralism, which insist on bynaries, as Alexander and Laclau do. This text tries, through the theory of collective subjectivity and with recourse to Castoriadis' theory of the imaginary, to think about the topic with a focus on creativity and the fluidity of meaning, leaving behind such bynaries. The case of Peronism is focused upon empirically as an object and as underpinning the analysis. From there on the article suggests a perspective about democracy, in particular in terms of popular participation, within the frame of modernity, far from any understanding linked to thesis about so-called 'populism'.

Keywords: Sociology of culture, sociological theory, imaginary, Peronism, collective subjectivity

## INTRODUÇÃO

A cultura tem estado no cerne de muitos desenvolvimentos recentes nas ciências sociais, em particular após o chamado “giro linguístico”. Isso tem deslizado para discussões sobre a relação entre cultura e política. Duas estratégias têm se destacado em termos da cultura política, as de Jeffrey Alexander (2003 e 2010) e Ernesto Laclau (2005). Ao passo que o pós-estruturalismo tem tido enorme impacto filosófico, este não tem sido realmente o caso na discussão sobre como a política e a cultura se relacionam. Derrida (1966) elaborou o ponto de vista mais geral sobre o pós-estruturalismo, com as significações atingindo, em sua visão, um status maleável, lábil na verdade, na medida em que as “estruturas” seriam capazes de gerar seu próprio movimento interno, por meio do “excesso de significados” que elas corporificam e produzem – implicando assim pluralidade, fluidez e instabilidade de significado. Isso consoma um verdadeiro avanço na discussão, a despeito dos limites que permanecem. Este não tem sido, porém, o caso do trabalho de Alexander, uma vez que ele se aferra a uma visão mais tradicional e às polarizações problemáticas que com frequência encontramos no estruturalismo, abandonando também, na prática, sua anterior perspectiva multidimensional em favor de uma concentração na cultura. Se Laclau vê o significado como flutuante, ele também reintroduz aquele tipo de binarismo de maneira retorcida, com sérias consequências para sua teoria. Ele não chega realmente a propor uma visão geral do papel da cultura na vida social, mas, como veremos adiante, aquele tipo de polaridade também leva a uma construção binária da política. Ademais, Laclau também sustenta uma perspectiva reducionista da vida social, que seria sobredeterminada pela política, mesmo quando ele fortemente tenta evitar o essencialismo econômico marxista. Sua discussão focaliza o “populismo” e se destacará na discussão deste texto.

Por sua vez, em uma obra seminal, que se impõe como fundamental para a compreensão da dimensão simbólica da vida social, Castoriadis (1975) introduziu uma teorização no centro da qual ele pôs o “imaginário”. Sua contribuição não tem sido realmente explorada pelas abordagens da cultura e especialmente da cultura e da política na sociologia. Ela sugere, contudo, uma saída daquela perspectiva binária, oferecendo um entendimento mais adequado de tais questões, assim como evitando os problemas associados, dentro do pós-estruturalismo, com seu viés neoestruturalista, ou seja, a ausência de agência, ao que se soma a tendência a ler a vida social como um “texto”, uma estratégia teórica que, em especial na sociologia, surge como patentemente ineficiente.

Os dois pilares conceituais da teoria de Castoriadis (conquanto o segundo seja algo indistinto em sua formulação original) são articulados pelo “imaginário radical” e sua corporificação social institucionalizada, ao lado de um “magma” da vida simbólica coletiva, representações compostas de imagens e palavras, tal como Freud argumentou em relação à subjetividade individual. O “imaginário radical” se “apoia” no “corpo somático”, como teorizado por Freud, mas mais livremente que na versão original,<sup>2</sup> consistindo no lócus da criatividade. O “isso” individual, com sua lógica não identitária, seria responsável pelo caráter indeterminado e criativo da vida social. A “instituição da sociedade” seria em compensação compartilhada socialmente, mediada pelo “eu” e pela lógica identitária, com seus elementos permanecendo, porém, difusos no magma, misturando-se e transformando-se uns nos outros.

Isso ocorre porque, pode-se sugerir, relendo ou reinterpretando Castoriadis, a lógica não identitária do “inconsciente” se derrama sobre as representações sociais. Ou, mais precisamente, essa lógica pertence ao isso – que é sempre totalmente inconsciente –, para além da formulação do próprio Castoriadis. Tal qual Lacan, com quem se engaja sem menção explícita, ele mescla as duas “tópicas” freudianas (duas fases de sua teorização), que devem ser todavia distinguidas. Aquela lógica não é, portanto, quero sugerir, apenas interna ao sujeito individual, mas mais ampla, com o imaginário social enquanto tal aparecendo como em princípio extremamente amorfo, salvo quando os agentes, individual e coletivamente, tentam racionalizá-lo, quer dizer, o tornam algo sistemático, de modo a livrá-lo – provisoriamente, deve-se frisar – de sua ambiguidade e fluidez intrínsecas, em que uma coisa pode também ser outra, não obstante o caráter contraditório que venha a assumir. O isso funciona por meio de dois mecanismos: a “condensação” e o “deslocamento”, que alteram aqueles elementos simbólicos, misturando-os ou encontrando outro símbolo para significar algum outro original, o qual, para Freud, seria “recalcado”, suas operações vinculando-se aos sonhos, ao devaneio e aos sintomas neuróticos. Uma vez que o magma do imaginário – em outras palavras, o estoque de memórias socialmente construídas – não pode ser isolado do funcionamento do isso, na medida em que o eu que se constrói sobre ele é incapaz de tudo racionalizar, tudo se encontra permanentemente sob a influência da condensação e do deslocamento, que são assim decisivos para sua conformação. O afeto é crucial na formulação de Castoriadis, tanto quanto na psicoanálise, sendo investido de maneira variável em representações, individual e coletivamente.

Um limite na abordagem de Castoriadis é que ele circunscreve sua própria teoria precisamente à polarização entre um indivíduo criativo – com seu imaginário radical e criatividade exclusiva – e instituições, ao lado de um magma social, embora sugira uma relação dialética entre eles, como uma herança do marxismo que absorve criticamente, ainda que vá mais além do quase determinismo materialista de Marx. A vida social – o mundo “socio-histórico”, como Castoriadis (1975) gostava de pôr a questão –, as memórias sociais e a criatividade não podem ser forçadas nessa polarização, que é contudo típica do pensamento moderno e precisa ser criticada.<sup>3</sup> Para isso, é mister introduzir dois conceitos de alcance geral na discussão. Primeiro, o de interação, que, de Hegel a Mead e Habermas, passando por Marx, tem cumprido um papel cada vez mais saliente na teoria social: abarcando mais ou limitado em escopo, é no desdobramento de interações, mais institucionalizadas ou mais fugidias, que o imaginário individual exercita sua criatividade produtiva. Com isso, uma criatividade interativa, social, se produz. Segundo, aquele de subjetividade coletiva, em parte presente em Marx e Parsons, bem como em Mead: a interação social ocorre entre indivíduos e também coletividades variavelmente (des)centradas. As primeiras não podem ser, porém, tomadas como a reprodução dos indivíduos, conquanto por vezes possuam um nível mais alto de centramento, que implica identidade, organização e intencionalidade, parecendo-se com o indivíduo tal qual a modernidade o concebeu.

Podemos dizer que o imaginário tem portanto uma história (não uma essência ou substância) multidimensional (não somente simbólica), encaixada nas relações sociais, incluindo as interações institucionalizadas, como aquelas entre as classes, forças políticas, gêneros, raças, grupos étnicos e daí por diante. Ele sofre inflexões e rupturas que resultam do exercício da criatividade;

isto é, novos símbolos, novas significações, não surgem do nada, mas sim de processos sociais amplos – incluindo as lutas sociais – tecidos interativamente por subjetividades individuais e coletivas que constituem a vida social e as representações vinculadas a imagens ou palavras que se encontram nelas imersas. Ele não implica uma visão substancialista da vida social, seja como a soma dos indivíduos ou como coletividades reificadas, mas antes como um permanente processo interativo e criativo.

Uma análise completa e sistemática desses temas pode ser encontrada em outros lugares (Domingues 1995 e 1999, especialmente caps. 1-2). Aqui quero pôr esses conceitos para operar em relação a um caso concreto, que me permite argumentar a favor de seu potencial, apresentando a discussão da criatividade social e do imaginário em sua imbricação com o conceito de subjetividade coletiva como uma abordagem alternativa da cultura na sociologia. Para que percebamos como o imaginário, como um magma, se reproduz e muda historicamente, um caso de continuidade parece instrutivo. Veremos como se tece na longa duração da história pelos indivíduos e coletividades com inclinações e projetos distintos, conflituosos ou cooperativos. Está em tela uma contribuição à sociologia que tem em seu cerne a dimensão “cultural”, hermenêutica, da vida social, que se entrelaça porém com outras instituições sociais, mas igualmente com outras dimensões, neste caso especificamente a política. A autonomia da cultura é portanto meramente analítica. Ademais, ela não deve ser reificada em “estruturas”, na melhor das hipóteses um instrumento descritivo.

A história da Argentina é vista com frequência, dentro do país e ainda mais fora dele, como marcada por continuidades. É nesse sentido instrumental para nossa discussão. O peronismo é certamente o caso mais destacado, especialmente porque aqueles que reivindicam sua herança incessantemente recorrem aos elementos de seu imaginário. Há aqueles que falam de “Peronismo infinito”, cuja produtividade política parece inexaurível (Svampa, 2005), enquanto outros falam antes de uma era “pós-peronista” (Sidicaro, 2010). Outros ainda falam inclusive de um peronismo camaleônico, capaz de significar qualquer coisa em suas várias encarnações (Martínez, 2003, pp. 46-7). Há um pouco de verdade em todas essas afirmações, mas parece haver algo de artificial na polêmica. Afinal, há outras forças políticas no mundo que mostram notável grau de continuidade – bastando lembrarem-se os partidos políticos nos Estados Unidos, o Partido Trabalhista Britânico, a Social-Democracia alemã, o Congresso indiano –, embora a capacidade das forças que afirmam ser peronistas de chegar ao poder não deva ser desconsiderada. Ao lado, portanto, dessas memórias imaginárias, é preciso enfatizar a criatividade social, cujo impacto não deve passar despercebido, na trajetória do peronismo como tal bem como na das outras forças envolvidas com ele ou que se lhe opõem.

No que se segue, esboçarei um retrato geral do peronismo, enfatizando seu imaginário, seus elementos de permanência e mudança. Isso fornecerá os marcos para o trabalho conceitual que retomarei na última sessão deste texto.

## O PERONISMO HISTÓRICO<sup>4</sup>

A assim chamada “década infame” argentina, que vai dos anos 1930 ao começo dos 1940, se caracterizou, de maneira defensiva e sem um proje-

to de futuro, pela tentativa de evitar a integração das massas populares ao sistema político, por meio da repressão, da exploração selvagem dos trabalhadores e da manipulação fraudulenta dos resultados eleitorais, depois que o presidente Hipólito Yrigoyen foi derrubado por um golpe militar. Àquela altura ainda em seu segundo mandato, ele representou a primeira tentativa de responder moderadamente àquela pressão popular eleitoral e sindical, bem como cultural, pela incorporação às instituições argentinas legítimas e a seu universo simbólico, para além da rígida dominação oligárquica agrário-mercantil. O regime resultante, com escassa legitimidade, foi derrubado por outro golpe militar, liderado por oficiais de média patente, organizados no GOU – Grupo de Oficiais Unidos –, entre os quais estava o coronel (mais tarde general) Juan Domingo Perón. Vice-presidente após o golpe e chefe da nova Secretaria do Trabalho e Previsão, Perón se aproximou do movimento sindical, com crescente percepção do que o desafio da integração das massas trabalhadoras representava para a conformação e estabilização de um novo pacto social. Forçado a deixar o poder pelos setores conservadores, ele retornou ao palco político pelo impulso exatamente dessas massas. O 17 de outubro de 1945, ulteriormente santificado como o “Dia da Lealdade”, foi a expressão mais dramática desse impulso, com a confluência mais ou menos espontânea de massas “multitudinárias” à Praça de Maio, no centro de Buenos Aires. Perón foi eleito presidente no ano seguinte e reeleito em 1951. Se evidenciou uma perspectiva ambígua em relação à legitimidade da mobilização popular inclusive no momento inicial do choque com a “oligarquia” (ele sempre recomendara o trajeto casa-trabalho-casa e a questão da barbárie – ver abaixo – não lhe era estranha), uma vez no poder o regime manifestou crescente autoritarismo, com uma atitude corporativista e disciplinadora perante a classe trabalhadora, embora contasse com a presença ativa dos sindicatos e tenha aprovado vasta quantidade de legislação social, além de buscar a industrialização do país. Foi derrubado em 1955.

Longos 18 anos de exílio de Perón se seguiram, os quais acabaram conhecidos por seus seguidores como a “resistência peronista”. Ao passo que os sindicatos haviam se tornado mais fortes durante o período anterior e uma pedra de toque da política argentina, misturando truculência, divisões internas e cunho representativo, assim como amiúde conciliatório, novas organizações foram formadas dentro do peronismo. Estas tinham orientação de esquerda, frequentemente caráter revolucionário e socialista, várias delas abraçando a luta armada, entre as quais a Juventude Peronista e os Montoneros se destacavam. Do exterior, Perón manteve com elas uma relação ambígua, em particular devido à proibição de que sua palavra fosse transmitida publicamente. Seu retorno à Argentina em 1973 o forçou a tomar posição na disputa entre correntes absolutamente antagônicas. Ele optou pelos sindicatos e pelas forças mais conservadoras dentro do movimento, mas sua morte em 1974 simplesmente deixou a escalada do confronto degenerar em conflito aberto, processo interrompido pelo golpe e a brutal ditadura militar que empalmou o poder.

O retorno à democracia liberal em 1983, para o espanto de muitos, levou a renovada União Cívica Radical (UCR) de Raúl Alfonsín ao poder, mas seu governo teve de ceder ante a crise econômica, tendo como sucessor, antes do período constitucionalmente definido, Carlos Menem. Inicialmente aparecendo como um peronista tradicional, assim que possível, nos quadros daquilo que O’Donnell (1991) batizou de “democracia delegativa”, o novo presidente,

conquanto recorrendo a símbolos peronistas, orientou seu governo na direção diametralmente oposta, aquela do neoliberalismo e de uma nova base social, a de uma classe empresarial transnacionalizada e do capital financeiro.

Mas o que seria o imaginário do peronismo até então? O tema da justiça e a “plebeização” da vida social e da cultura eram cruciais. A nova construção da nação estava em questão também, incorporando as massas de trabalhadores e os descamisados (termo inicialmente usado pela oposição ao peronismo emergente e ressignificado de modo positivo por Perón), assim como levando a um confronto com o que será visto como o poder imperia- lista dos Estados Unidos, que substituíra o poder britânico decadente. Se sua esposa Eva Perón voluptuosamente corporificava o tema da justiça e da plebeização, a defesa dos descamisados, como uma extensão do “coronel”, identificados mas subordinados a ele politicamente (Navarro, 1977), o slogan da primeira campanha eleitoral peronista – Braden ou Perón – expressou a autonomia nacional demandada pelo movimento. O poder dos trabalhadores na nova sociedade era também crucial, ativamente representando sua inte- gração ao sistema político. Como reconheceu Germani (1965), antiperonista, mas sociólogo brilhante, a questão da liberdade, em um plano muito básico, conectada à própria percepção da dignidade do trabalhador, atravessou a questão peronista. Esta foi mal-entendida pelos liberais e pelas esquerdas socialista e comunista, que ficaram totalmente desorientadas. Viradas impor- tantes, como a aproximação de Perón com a Igreja Católica (com a nação sen- do agora assim vista como cristã, de maneira muito conservadora) e sua pos- terior ruptura com ela (quando os símbolos peronistas se sobrepuseram aos cristãos), devem ser levadas em conta aqui, bem como o elemento sacrificial, presente já na ocasião da prisão de Perón e depois ampliado com a morte de Evita, que veio a figurar com centralidade no imaginário peronista popular. Ademais, embora sempre se pondo como alguém que não exatamente per- tencia ao povo, conquanto dele sendo parte como membro das forças arma- das, que ele inicialmente descreveu como que partilhando da mesma situação de exterioridade, Perón logrou construir uma identificação entre ele mesmo e a Pátria e entre esta e o Povo, que era por sua vez identificado com os Traba- lhadores. Eram todos eles opostos à oligarquia e aos políticos que, usurpando o lugar dos primeiros, haviam governado, de maneira distorcida, os destinos da nação. Ao voltar do exílio, porém, Perón tentou um discurso conciliatório que ampliou a nação para além de sua identificação com o peronismo.

O papel criativo de Perón e sua mulher, Evita, não pode ser descon- siderado nesse processo, mas é preciso sublinhar que ele se calcou em ele- mentos que eram preexistentes. É crucial além disso enfatizar o conjunto de intervenções dos trabalhadores – que teve seu auge em 17 de outubro –, sejam lançadas pelos sindicatos – neste caso contando com um alto nível de identidade e centramento na conformação de subjetividades coletivas inter- mediárias –, seja impulsionadas por um movimento mais geral e espontâneo das massas populares – no qual pouca organização estava presente, mas um nível razoável de centramento por meio de uma identidade compartilhada pode ser divisado, permitindo uma mobilização sem precedente. Como parte de uma subjetividade coletiva mais vasta, eles foram decisivos na conforma- ção da nova face da sociedade, da cultura e política argentinas, em seu cho- que interativo com outras subjetividades coletivas – especialmente liberais- conservadoras, porém também socialistas e comunistas.

Ao menos desde o governo de Yrigoyen a questão da plebeização do país esteve em questão. Com a publicação do livro fundador de Sarmiento, o *Facundo* ([1845] 1975), civilização ou barbárie haviam se tornado uma dicotomia aplicada a várias modulações culturais da sociedade argentina. Se inicialmente o “gaucho” e seus “caudilhos” eram a expressão da barbárie, contra a Buenos Aires europeizada, os imigrantes, originalmente pensados como a solução para o problema logo foram caracterizados por meio dela. Finalmente, as massas populares, plebeias, peronistas, encarnaram essa figura, então positivamente assumida pelo movimento. Evita, mais que Perón, foi a representação quintessencial dessa Argentina popular, não por acaso sendo tão odiada pelos grupos oligárquicos e largas fatias das classes médias. Ambos viram na tomada popular de Buenos Aires em 17 de outubro um verdadeiro “aluvião zoológico”, que mal podiam reconhecer em sua humanidade, já para não falar em compreensão, e de modo algum aceitar. O sindicalismo fora reprimido durante a “década infame”, mas se manteve ativo, com a renovação de sua liderança (muitos deles, ao que parece, oriundos do interior). Ao mesmo tempo, várias correntes nacionalistas, à direita e à esquerda, haviam surgido nos anos 1930. Isso tudo foi abraçado pelo peronismo, o qual no entanto combinou esses elementos com uma teoria política personalista e autoritária que, mediante a identificação direta e imediata entre Perón, a Pátria, o Povo e os Trabalhadores, permitiu a articulação de uma concepção da “condução política” em que “previdência” era atribuída apenas ao líder, que não podia ser (abertamente) questionado. Durante o período de resistência essa nova concepção se fortaleceu, ruindo no que tange às organizações peronistas renovadas, a JP e os Montoneros em particular, quando Perón retornou ao país e rejeitou suas posições revolucionárias.

Esses elementos perduraram no imaginário peronista durante seus primeiros dois governos, a resistência e o exílio, o retorno de Perón, as ditaduras militares, destarte constituindo uma memória forte e socialmente partilhada. Desde a democratização importantes mudanças ocorreram, porém. Com o nacionalismo em larga medida desmoralizado após a aventura desesperada da invasão das Ilhas Malvinas, a última tentativa dos militares de agarrar-se ao poder, com o sindicalismo enfraquecido e a esquerda dizimada pela repressão, uma classe média empobrecida pela crise econômica da década de 1980, uma juventude que achou no rock uma nova forma de expressão, um país atomizado e sem a presença de Perón, o poder daquela dicotomia, vincada pela total exclusão de um de seus termos – civilização ou barbárie – despencou a níveis muito baixos. É verdade que a aparência de caudilho interiorano que Menem ostentava ao chegar à presidência parecia ressuscitar esse elemento do imaginário nacional – ele fora governador da província de La Rioja, a mesma de Facundo Quiroga, atacado como arquetípico por Sarmiento. Mas ele próprio rapidamente obscureceu isso, ao trocar suas bases sociais, optar pelo clientelismo (em particular, mas não apenas, na província de Buenos Aires), buscando uma reconciliação nacional simultaneamente a seu abraço do neoliberalismo radical e oferecimento de um consumismo sem peias às classes médias. Em particular, Menem emprestou à ideia de plebeização um significado muito distinto, transfigurando-a pela estética kitsch e pelo arrivismo social, pela mistura com os ricos e por um festejar constante com eles, esvaziando-a de seu caráter conflituoso anterior (Svampa, 2011, pp. 119-20). Nada parece permanecer da oposição que ela um dia cristalizou,

convertida positivamente pelo peronismo por meio da contraposição entre o “povo” e a “oligarquia”. Se a crise de 2001-2003 a fez reaparecer na figura dos “cartoneros” (catadores de papel miseráveis) e dos “piqueteros” (na verdade grupos de trabalhadores desempregados organizados em movimentos sociais), pouco a pouco isso se tornou menos relevante.

Outro elemento presente no imaginário da Argentina, nesse caso mais vinculado ao liberalismo, mas mais amplo e mais democratizado em escopo, tornou-se crucial desde a última ditadura militar. Encontrou lugar de proa, juntamente com novas questões e temas, com a ascensão de Néstor Kirchner à presidência em 2003.

## A ARGENTINA DE KIRCHNER E FERNÁNDEZ DE KIRCHNER<sup>5</sup>

Kirchner assumiu com uma porcentagem muito pequena de votos (22%) e praticamente por indicação do último presidente interino, Eduardo Duhalde, anteriormente um aliado de Menem, que se recusou a participar do segundo turno das eleições porquanto seria certamente derrotado (nessa eleição uma curiosa engenharia política foi posta em prática, permitindo a cada partido lançar mais de um candidato, uma vez que o peronismo não pôde alcançar um mínimo de coesão interna e Menem possivelmente ganharia o processo de seleção de candidatos). Sua legitimidade era muito baixa, fato que Kirchner não deixou de perceber. O Partido Justicialista, peronista, se convertera quase em uma associação nominal, uma máquina regionalizada baseada no clientelismo e em lealdades pessoais que os governadores podiam mobilizar. Por outro lado, embora não tivesse se oposto abertamente a Menem durante seu período como governador de Santa Cruz, Kirchner e sua esposa, a senadora (pela mesma província) Cristina Fernández de Kirchner, tinham – ou pretendiam haver tido – laços históricos com os Montoneros. Ele mobilizou portanto desde o começo seus vínculos com a “geração dos 70” como instrumento simbólico, a face peronista radicalizada da justiça social. Ao mesmo tempo, ele foi habilitado na busca de aliados a partir da posição de poder que a presidência lhe oferecia, diante de um partido fragmentado e um Congresso humilhado pela rejeição aos políticos (o “que se vayan todos” de 2001). Passo a passo, enquanto mantinha uma política de “transversalidade” – nomeadamente, alianças com todos os partidos –, ele também reorganizou o peronismo em torno a seu projeto de poder. Uma vitória eleitoral maiúscula e a derrota do anterior presidente, Duhalde, se mostravam como cruciais em algum momento. Eles as colheram nas eleições parlamentares de 2005.

Entre as alianças que costurou como presidente se incluíam os grupos empresariais, importante e implicitamente. Eles viram em Kirchner a continuidade das políticas de recuperação iniciadas por Duhalde (Roberto Lavagna foi mantido como ministro da economia e conduziu a bem-sucedida negociação da dívida externa, depois da moratória de dezembro de 2001). Mas do ponto de vista simbólico cintilaram aquelas que Kirchner selou com os piqueteros, a face da justiça social, e os movimentos pelos direitos humanos, as mães e avós da Praça de Maio, reabrindo os processos contra os militares e outras forças, os torturadores e assassinos do período ditatorial. Ele manteve as alianças com os governadores provinciais, que aderiram a seu projeto decisivamente depois das

eleições de 2005, e inclusive com os sindicatos enfraquecidos, os quais viam na retomada da atividade econômica e do nível de emprego uma meta factível, além de dar continuidade aos planos compensatórios dos governos anteriores (de Menem e Duhalde). Assim garantiu um crescimento econômico acelerado depois da crise (de 7 a 9% ao ano), o aumento do poder aquisitivo e a diminuição da pobreza, empunhando a bandeira da justiça social. Introduziu, contudo, no imaginário projetado por seu governo, um elemento chave que nunca aparecera com centralidade no peronismo: a questão dos direitos humanos.

O peronismo, a despeito de pronunciadas tendências autoritárias, nunca rompeu com o sistema liberal-democrático. Aos direitos civis e políticos somou direitos sociais, que deram novo conteúdo e eficácia ao primeiro. Mas esse não foi nunca seu centro de gravidade. Assumindo após a queda da ditadura militar, Alfonsín, um advogado e ativista dos direitos humanos, abraçou o tema, que foi congelado porém pelos acordos que ele e Menem fecharam com os militares, terminando os processos por violações daqueles direitos. É certamente verdade que, como ideia, os direitos humanos emergiram antes dos direitos de cidadania (definidos nacionalmente), em seu aspecto civil. Na última década, globalizados, eles vêm tendendo a se sobrepôr aos últimos em escopo, bem como moral e juridicamente. Sua matriz liberal, individualista e vinculada ao Esclarecimento, é bastante clara, porém. Eles carecem ademais de uma positivização nos Estados nacionais, não obstante reivindicarem hoje mais uma vez alcance universal. Uma aproximação se operou assim no imaginário nacional entre aqueles temas “nacional-populares” e os do liberalismo, que haviam estado em confronto no século XX argentino. Isso não foi, é claro, uma invenção dos Kirchner: Alfonsín ensaiou esse entrelaçamento em sua tentativa de transformar a UCR em um partido social-democrata, mas foi um movimento muito mais profundo de democratização levado a cabo por lutas e mobilizações populares antes, mas especialmente durante o período sangrento da ditadura militar, de 1976-1982 (ver Domingues [2008] 2009), que fertilizou o solo para esse novo e virtuoso encontro na história do país. A sagacidade dos Kirchner foi emprestar-lhe “produtividade política”, dando vazão a um processo de criatividade social mais amplo que aquele focalizado em seu projeto político, enraizado em vários movimentos sociais e perspectivas políticas e culturais, sem abrir mão por outro lado do elemento de concentração do poder que marca de modo tão típico seu exercício pelo peronismo, embora as instituições políticas argentinas não se prestem docilmente a exercícios despoticamente personalistas no momento. A eleição de Cristina Fernández em 2007 e reeleição em 2011, como portadora do projeto comum do casal, com impressionantes 53.8% dos votos, reafirmou-o, não obstante possíveis inflexões.

Com efeito, os símbolos peronistas seguem fortes no discurso e na iconografia do “kirchnerismo”: às figuras sacrificiais e de liderança de Perón e Evita, foi agregado “Ele”, como a presidente Cristina Fernández usualmente se refere ao ex-presidente, repentinamente falecido em 2010 (ainda que Kirchner não citasse com frequência o líder fundador, nem ela o faça). Sindicalismo, justiça, o “povo”, permanecem como referências importantes nos imaginários popular e peronista. Mas não se prestam à construção de uma polarização capaz de produzir um “campo popular” oposto a outro, negativamente definido. A tentativa, no primeiro semestre de 2008, de usar o “conflito do campo” nessa direção, matéria prosaica que dramaticamente girou em torno a um aumento dos impostos de exportação dos produtos agrícolas, evidenciou

a falta de “produtividade” dessa abordagem. O governo e o ex-presidente a bancaram, intencionalmente ou não, o que se expressou na sentença vazia de Luis D’Elía, um líder piquetero peronista trazido ao governo: “eu odeio a oligarquia”. O resultado parece ter sido, contudo, fundamentalmente negativo para seu projeto, contribuindo de fato para fundir descontentamentos em relação a seus governos, antes que para mobilizar os setores populares. O campo argentino tem na verdade pouco a ver com o período oligárquico. “Mudanças transformistas” mantiveram o poder da grande propriedade (hoje altamente internacionalizada, seja na propriedade do solo ou através do controle de insumos e dos mercados compradores) e o padrão de exportação de commodities, havendo porém uma diversidade de situações que não pode ser forçada naquela dicotomia.

Além disso, fragmentada a classe trabalhadora pela própria natureza dos processos econômicos contemporâneos (terceirização, ampliação do setor de serviços, etc.) e com novas questões emergindo, aquela polarização não se sustenta. Temas como casamento formal entre homossexuais e a questão ecológica – tal como expressa no conflito com o Uruguai, centrado em Gualeguaychú, devido à instalação de uma fábrica de celulose no país vizinho – têm assumido nova centralidade, o “povo” sendo então definido como plural e mediante o elemento cívico (que evidentemente incorpora a questão dos direitos sociais<sup>6</sup>), antes que através de um pertencimento “popular” claro e exclusivo. Outros emergirão – à direita e à esquerda, alguns neutros nesse sentido. A questão da segurança tem se projetado para o centro da cena por vezes, recorrentemente enfatizada pelas forças da direita, que visam emprestar um significado específico, com tendências autoritárias e excludentes, à questão da cidadania civil, buscando inspiração nos esquemas sugeridos pelo Banco Mundial e articulando a ideia de civilização como ordem, se bem que sem suas anteriores vestimentas oligárquicas (ver Murillo, 2008, especialmente caps. 8-9).

Símbolos peronistas e muitos de seus temas, pedras fundamentais da história e da memória popular do país, certamente se manterão vivos. Mas seria provavelmente pouco sábio apostar demasiado neles. Aqueles novos temas e a imbricação entre as políticas “popular” e “liberal-democrática” chegaram para ficar. Além disso, a legitimação governamental deriva também do crescimento econômico e de aumentos salariais, como em qualquer lugar do planeta. Isso depende da definição cultural de um tipo de “interesse” utilitário no alvorecer da modernidade (Hirschman, 1976), para além da questão permanente e universal do uso e distribuição dos recursos materiais, e se radicalizou em larga medida pela influência do neoliberalismo e a derrota de alternativas mais coletivamente articuladas, conquanto o reconhecimento ainda cumpra papel nesse sentido, em termos do acesso mais generalizado, se não universal, a bens e serviços (García Canclini, 1995). Deixamos portanto para trás os dias heroicos de um peronismo realmente “nacional-popular”, embora na Argentina, assim como de modo mais geral na América Latina, a redistribuição da riqueza permaneça como questão na agenda política.

## IMAGINÁRIO E POLÍTICA NA MODERNIDADE

Refletamos agora sobre duas questões que atravessam este artigo. Primeiro, a noção de “populismo”, uma questão política e simbólica que tem sido crucial na América Latina. Isso será instrumental para avançar na arti-

culação conceitual do imaginário mais genericamente, bem como no que concerne à sua constituição política na modernidade.

Meu argumento se dirigiu precisamente a pensar o imaginário como uma espécie de “magma” de símbolos flutuantes, que mudam de características e se misturam, condensam-se e são deslocados, adquirindo novos significados nesse processo. Como vimos, esse magma certamente tem uma história, antes e depois, não aparecendo do nada ou de repente, tecido, como é, por indivíduos e coletividades em conflito ou cooperação. Isso é verdade em relação à oposição entre barbárie e civilização, uma ideologia que funciona, como as ideologias o fazem, através do mecanismo de defesa que Freud chamou de denegação, nele se apoiando, com o que elementos desagradáveis são banidos da consciência, neste caso quase ao ponto de negar-se inclusive humanidade às classes trabalhadoras (tratadas como “aluvião zoológico”). Isso aconteceu também com o peronismo. Retomando símbolos controversos e conflituosos da história argentina e ligando-os à concreta situação do país em 1940, Perón fortemente soldou, condensando-os por adição, a representação de si mesmo, como “condutor”, com as noções de Povo, Pátria e o movimento para o qual ele operava como um catalista, com as ideias de justiça social e cultura plebeia em seu cerne. O papel de Evita nisso é mais ambíguo, talvez, uma vez que se posicionou diretamente ao lado do povo, os descamisados, mas como eles próprios, politicamente, sempre foi subordinada a Perón. Vale notar que para Freud o “recalque” funcionava no deslocamento e na condensação. Ele tinha de ocultar qualquer objeto sexualmente problemático, assim permanecendo inconsciente. Mas podemos pensar que a construção de um sistema de representações sociais em geral ocorre afirmativamente, sem necessariamente dispensar elementos díspares, juntando-os em vez de fazê-los desaparecer sob um único símbolo. Isso permite que representações como a Pátria, o Povo, os Trabalhadores, Perón, etc., sejam afirmadas e combinadas por meio do que pode ser então chamado de condensação por adição, em lugar de subtração, como poderia ser sugerido em relação à tese freudiana original.<sup>7</sup> Nos começos do peronismo isso foi provavelmente menos problemático porquanto o papel da fantasia apontasse para o futuro, como uma maneira de superar as frustrações da classe trabalhadora argentina, embora desde o começo elementos ideológicos e mecanismos de defesa mobilizados por Perón estivessem presentes aí, por exemplo com o papel do líder contrastado à afirmação da igualdade (no limite mesmo se pregava a passividade da classe trabalhadora em seu conjunto) e a permanência ambígua de elementos da ideologia liberal, incluindo a própria ideia de direitos individuais, que remetiam ao pensamento burguês individualista. Após o estabelecimento do regime, com seu impulso controlador e disciplinador, a fantasia assumiu mais fortemente o caráter de um mecanismo de defesa e o papel dos trabalhadores como protagonistas foi substituído ou ao menos restringido, nos quadros de um Estado corporativista superimposto a eles – inclusive no que toca à identificação com os protagonistas históricos de 17 de outubro, com referência ao qual a organização popular sofreu um tipo de “anulação retroativa” parcial. Em todos esses casos de ideologização, a racionalização se destaca, como um “mecanismo de defesa secundário”, sistematizando, mas ao mesmo tempo defendendo, “interesses” (definidos de maneira lata conceitualmente) parciais, não gerais, distorcendo a percepção da realidade e oferecendo (dúbias) razões morais para suas operações e práticas.<sup>8</sup>

Esses símbolos têm sofrido inflexões. Isso teve lugar inclinando-se à esquerda ou à direita, em particular significando, em seus extremos, seja forte integração ou uma ruptura revolucionária com o sistema dominante; misturaram-se de maneiras estranhas com o neoliberalismo; e perduram mais fragmentados no imaginário nacional da Argentina. De modo mais importante, porém, foram instrumentais outrora para polarizar o campo social em uma dualidade antagônica, o “povo” contra a “oligarquia”, mas já não possuem a força social e a plausibilidade – um fator fundamental para a eficácia de novas representações – que podem permitir-lhes operar – para além dos devaneios de ideólogos e militantes. O que pode ser arbitrário para a psique individual, socialmente deve ter um caráter mais intensamente compartilhado. Com novos movimentos e elementos imaginários, em particular no que concerne aos direitos humanos e à tradição liberal-democrática, bem como a uma vasta gama de questões emergentes na última década, tornou-se mais complicado articular alianças políticas, dissolvendo e condensando seus símbolos. Poder-se-ia inclusive sugerir que nos encontramos perante uma situação – que não deveria ser vista, todavia, como inevitável hoje – em que os elementos estão suspensos em uma “solução coloidal” (Sidicaro, 2010, p. 258), sem realmente misturar-se, em vez de uma efetiva condensação em que seus significados se fundem ou ao menos se articulam (somando-se) diretamente, não obstante o tema da cidadania e dos direitos pairar sobre todas essas representações.

Essa parece ser uma característica das sociedades contemporâneas: seu nível atual de pluralismo não permite tão facilmente ofensivas modernizadoras baseadas na simples lógica de “equivalentes” das “demandas populares”, que para Laclau (2005) é típica do chamado “populismo”.<sup>9</sup> Esse é para ele, afinal, o nome real da dimensão política – “o político” –, porquanto claramente defina dois campos sociais antagônicos, fundantes – e como tais geradores – da noção de “povo” como tal, de fato como se as coletividades que os conformam não existissem já, conquanto com características um tanto distintas. Mas se é comum ver esses dualismos serem construídos ativamente, com uma função política clara, o que a história moderna da Argentina evidencia, não deveríamos pensar que esta seria uma condição ontológica absoluta e necessária, nem muito menos que os líderes têm um poder tão transcendente e que especialmente aqueles que fortemente condensam afetos seriam sempre necessários, como também sugerido por Laclau. Assim, uma vez mais o significado e utilidade conceitual do que em geral se chama “populismo” é posto em tela de juízo.<sup>10</sup> Antes que como uma categoria de análise, pode ser mais sensato e útil tratá-lo como parte do imaginário latino-americano, como uma maneira de representar aquilo que pode parecer problemático ou desviante nas formas mobilização e liderança popular nesse subcontinente (ou em qualquer outro lugar), questão à qual retornarei adiante. Tampouco se presta a dinâmica do imaginário e da política argentina a uma polarização entre núcleos “sagrados” (do consenso e do “bem”) da sociedade civil, como o lócus da solidariedade, e o mundo “profano” (potencialmente “mal”) que o cerca, como poderíamos pensar apoiando-nos na sociologia cultural de Alexander (2006 e 2010). Isso não quer dizer, é claro, que alguns valores e instituições não sejam compartilhados. Mas não apenas é seu significado heterogêneo, como também as relações de poder que a eles subjazem devem ser desveladas, em especial quando essas polarizações são propostas e se cristalizam. Ademais, em certo sentido invertendo o teorema de Laclau, Ale-

xander vê a representação e representações meramente como expressões da esfera civil – candidatos conformando também “representações coletivas” –, sem reconhecer como elas realmente contribuem para gerar coletividades sociais, embora não devamos atribuir criatividade absoluta às forças políticas, muito menos à liderança política. Ambas as teorias da representação – política e simbólica – são unilaterais e falhas, escapando-lhes o jogo criativo entre aqueles agentes, bem como entre eles e outras coletividades sociais.<sup>11</sup>

É realmente curioso – mas não casual, como logo veremos – que Laclau e Alexander de certo modo expressem os elementos que surgem em tensão no imaginário argentino – os elementos da soberania popular radical e do compromisso cívico popular, juntamente com aqueles que a eles se opõem –, ambos buscando compreender a dinâmica das sociedades modernas de maneira exclusiva nos quadros de suas próprias dicotomias e acabando por supor uma ontologia social enraizada em uma espécie de constructo binário. Laclau ao menos mais claramente percebe isso como uma construção social, malgrado preferir uma abordagem estruturalista. A subjetividade é introduzida assim sem especificação, substituída pela ideia de “demandas”. Na verdade, contudo, estas surgem, inclusive em suas ilustrações concretas do “populismo”, submetidas ao jogo político no qual coletividades com histórias específicas são os protagonistas, sendo em parte pré-constituídas, embora a dinâmica da interação social, em sua multidimensionalidade – e não somente no plano do “discurso” – permanentemente as reconstitua. Em sua obra original, Laclau e Mouffe (1985) não haviam proposto realmente tamanha simplificação das cadeias de equivalência que constroem a hegemonia, em especial em uma era de grande complexidade social, como a da Europa contemporânea, e em face dos “novos movimentos sociais”, ambas as questões funcionando como pano de fundo para sua análise. Foi somente quando Laclau tomou, ainda que isso não seja totalmente explícito, o caso da Argentina como ponto de partida que o imaginário do peronismo radical e sua polarização do país o capturaram.

Mas por que esse tipo de dicotomia parece ter tanta força nas ciências sociais e nas humanidades? Ela era central para o estruturalismo (mas não para o pós-estruturalismo, com sua tese de um “excesso de significantes” e significado flutuante), podia ser encontrada (mas apenas parcialmente) em Durkheim,<sup>12</sup> é requerida por Alexander e Laclau, de maneiras distintas. Seria possível pensar que isso ocorre porque corresponde de algum modo à realidade, que terminaria traduzida de maneiras diversas, assumindo, porém, amiúde essa direção. Não creio ser esta uma percepção correta do que acontece. Ao contrário, trata-se somente de esforços para racionalizar – isto é, tornar sistemático – o conhecimento da realidade social, o que é sem dúvida necessário e inevitável no desenvolvimento das ciências sociais, o qual adquire entretanto neste caso o caráter de operação simplificadora, que tem como consequência o empobrecimento de nosso conhecimento de como essas dicotomias são introduzidas. Na melhor das hipóteses isso replica estratégias político-discursivas parcialmente constitutivas dessa mesma realidade. Isso não quer dizer que não haja símbolos, fortemente embebidos em afeto, que são centrais para as identidades e as instituições, “sagrados” nesse sentido, se se quer – incluindo a identificação do “eu ideal” representado pelos grandes líderes, conquanto quando eles se põem e são postos muito acima de uma identificação dos cidadãos como iguais, com elitismo autoritário, em suas

diversas versões, isso implique uma questão que não é trivial, ao contrário do que Laclau (2005, pp. 51ss e 221) parece supor. Além disso, esses símbolos passam por flutuações e mutações, sendo ferozmente contestados por vezes. O consenso contingente gerado por eles não deve ser exagerado. Ele se enraíza em grande medida em relações de poder e sistemas de dominação, incluindo o uso da coerção pelo Estado ou por aqueles que o desafiam em certos momentos, em um jogo que não pode ser focalizado de maneira unilateral. Afinal é isso que se destaca no conceito de Gramsci ([1929-1935] 1975) de "hegemonia", não obstante sua tendência a subordinar a cultura à política e esta última à economia.

A literatura sobre o "populismo" com frequência assinala seu viés anti-institucional, por vezes autoritário, e seus discurso e ideologia demagógicos. Se é possível encontrar esses traços, de fato desigualmente, em inumeráveis movimentos políticos e na ampla gama de ideologias políticas que apelam ao "povo", pode ser decerto sugerido que eles definem vários fenômenos políticos pelos graus diversos em que estão presentes (Diehl, 2011). O mesmo é verdade em relação a pensar-se o "populismo" como a "periferia interna da política democrática" e como "sintoma" de suas limitações (neste caso, porém, vendo-o como um fenômeno negativo de "representação", como na neurose) (Arditi, 2005, pp. 77ss). Mas há outras denúncias dos limites da democracia liberal e, no fim das contas, ao escolhermos pôr o foco naquela sintomatologia inevitavelmente descuramos da variedade de desafios a esse sistema por parte de forças populares e de oposição. Em particular pode-se perguntar o que ganhamos com a definição do "populismo" como um substantivo – quer dizer, um conceito com verdadeiro potencial analítico –, enquanto que ele poderia ser com efeito melhor utilizado meramente como um adjetivo, como sói ser o caso na linguagem cotidiana, na qual a demagogia e a personalização da política se apresentam como um aspecto proeminente (como Arditi, 2005, p. 76, ele mesmo observa a certa altura). Mais uma vez, esse não é sempre o caso quando apelos à vontade e à soberania popular são vocalizados: uma variedade de respostas tem sido historicamente articulada nesse sentido.

Finalmente, vale considerar algumas das teses de Margaret Canovan (2002), que serão instrutivas nesse sentido e também mais geralmente. Sua definição de populismo começa com uma teoria elitista da democracia (implícita) e de fato ela contrabandeia a ideia de que, concebida como participação e soberania populares, esta última é realmente impossível em sociedades liberais complexas. Elas são para ela, na melhor das hipóteses, literalmente, "mentiras" a serem engolidas pela população, sem ser no fim das contas de modo algum soberania – uma percepção empírica razoável que ela transforma, contudo, em afirmação normativa. Não deve surpreender que quem discorda disso e faz uso dessas noções seja imediatamente classificado como um "populista" – quer dizer, seja implicitamente um mentiroso (mesmo se essa mentira é autoimpingida) e um demagogo (como ela acusa Rousseau ao falar da vontade popular). A noção de imaginário é assim empobrecida e somos deixados sem os elementos de que precisamos para emprestar-lhe sentido. No que se segue quero esboçar uma perspectiva alternativa, que evita o viés excessivo de descartar um aspecto tão crucial da democracia por definições elitistas e mínimas da democracia que Canovan expressa de maneira bastante direta, com más consequências também para uma teoria do imaginário e sua aplicação aos fenômenos políticos.<sup>13</sup>

A modernidade implicou o “desencaixe” dos indivíduos e das coletividades de suas localizações espaço-temporais mais firmes e mais circunscritas, lançando-as nas coordenadas mais amplas e mais fluidas do Estado-nação. O “reencaixe” fundamental da modernidade (não historicamente, mas no que se refere às condições mais gerais de existência dessa civilização, compreendidas teoricamente) foi configurado pela cidadania, civil e política inicialmente (com aquelas restrições bem conhecidas no que toca às classes trabalhadoras, às mulheres e aos grupos étnicos e raciais). Esse reencaixe, nos planos imaginário e institucional, se põe como uma “abstração real”, porquanto os indivíduos sejam assim pensados como descorporificados. Isso implica uma des-substancialização do poder que apareceu então como uma virtualidade (originalmente quase apolítica na teoria liberal) a ser preenchida por meio da rotação (antes que realmente vazia, como sugerido por Lefort, 1981, caps. 1-4). A cidadania é contudo muito rarefeita para garantir a inserção dos indivíduos e das coletividades nas novas “sociedades” que emergiram do século XVIII em diante, primeiro na Europa e nos Estados Unidos, inclusive na América Latina, e depois aos poucos em todo o mundo. Novos reencaixes, mais substantivos e concretos, tiveram lugar ao mesmo tempo, portanto, com aspectos de classe, religiosos, étnicos, raciais, em termos do nacionalismo, de gênero, e assim por diante (Domingues, 2002). Isso é verdade genericamente e com respeito à política também. Nas sociedades em que cidadania liberal se inclinou pela exclusão das massas populares, isso levou a uma relação antagônica entre as formas liberais da política e a mobilização e as identidades populares. Esse foi o caso da Argentina, do que a trajetória do peronismo foi uma expressão, ao passo que em vários países europeus a social-democracia integrou essas massas populares, nos Estados Unidos a questão foi bastante diluída, enquanto que em outros países europeus o fascismo e o nazismo foram finalmente uma resposta reacionária a essas tensões (problemas relativos hoje a seu ressurgimento deveriam ser creditados precisamente a um processo de efetiva des-democratização da Europa e de outras paragens). O que seria uma parcial re-substancialização imaginária do poder, concretamente encarnada em líderes individuais, está sempre presente de algum modo na política e não é uma aberração (ao contrário do que sugere Lefort). Isso configura equivalências entre eles e a nação (seja lá como esta é concebida), na medida em que esses líderes, de uma maneira ou outra, mais ou menos ideologicamente, mais fielmente e “racionalmente” ou demagogicamente, respeitando as instituições, lutando para mudá-las ou tentando pôr-se acima delas, representam ou tentam representar a nação, preenchendo a virtualidade do poder político ou fracassando ao tentá-lo. Perón foi extremamente bem-sucedido nesse sentido, quaisquer que fossem suas limitações democráticas, com também um apelo aos trabalhadores e à nação, embora a articulação específica entre eles variasse ao longo do tempo – com o Peronismo sempre voltando, seletiva e criativamente combinando essas memórias com outros elementos. Essa re-substancialização pode, sem dúvida, assumir um cunho mais permanente e radical, em particular quando o sistema de limitações ao exercício do poder projetado pelo liberalismo é rompido ao ponto de a profunda penetração da sociedade pelo Estado não ser contrarrestada.

Outras soluções foram encontradas em outros países e regiões, combinando identidades específicas, bem como se calcando em regimes políticos diferentes, liberais ou próximos, em um continuum, ao que tem sido chama-

do de “totalitarismo”, com tipos distintos de re-substancialização imaginária do poder político. Não podemos examinar essa diversidade aqui (ver, para isso, em parte, Domingues, [2012] 2013). O que se faz claro, porém, é que se a concepção liberal de cidadania incorpora a ideia de um povo individualizado abstratamente (e orientado pelo “interesse”) e descentrado, assim como substantivamente plural, como o poder altamente de-substancializado, trata-se aí de uma possibilidade, entre outras, da política moderna. A ideia de um povo homogêneo, possuidor de uma substância comum imaginária, que é capaz de ação como um agente absolutamente centrado e transparente, lutando contra um antagonista que lhe é exterior, com uma possível (e em parte concreta) substancialização do poder político, é outra, embora sua plausibilidade tenha se tornado dúbia precisamente por conta da complexidade das sociedades contemporâneas. Deste modo, o povo, a classe, a religião, a raça, a etnicidade, ricos e pobres, são elementos representacionais que são criativamente combinados de maneiras variadas e contingentes com a ideia de cidadania do liberalismo – abraçada em certa medida pelo socialismo e pelo “socialismo real” –, contando com as tradições (memórias) e trajetórias das sociedades que compõem a modernidade global de maneira heterogênea. “Interesses” individuais e coletivos, enquadrados em uma perspectiva utilitária moderna, e “elites” são em geral somados a esse amálgama, estas últimas consistindo em grupos com poder real, cuja liderança e dominação encontram sustentação em visões hierárquicas que seguem existindo na modernidade, em suas diversas vias de desenvolvimento e implicando outro tipo de re-substancialização.

Não é realmente uma boa ideia tentar forçar todas as soluções políticas modernas, que se combinam de maneiras variadas, no quadro estreito de uma ontologização da vida social baseado em uma parcial experiência da modernidade, menos ainda em uma combinação binária derivada do estruturalismo. Uma sociologia que seriamente reconheça o local próprio da dimensão hermenêutica da vida social é certamente necessária. É precisamente uma sensibilidade interpretativa que ela deve abraçar, de modo a captar a fluidez, multiplicidade, combinações e cristalizações parciais do imaginário social, como memórias depositadas e no que diz respeito à criatividade social, em seu entrelaçamento com outras dimensões da vida social – seja a do poder, aqui examinada, ou qualquer outra. O exercício realizado nestas páginas foi exatamente uma tentativa de oferecer uma alternativa para o estudo da dimensão cultural-hermenêutica da vida social nesses termos e, ao tempo, fornecer uma leitura do que em geral se refere como “populismo”, na qual essa estratégia metodológica e conceitual foi aplicada.

## NOTAS

- 1 Gostaria de reconhecer o apoio do CNPq (MCT). E agradecer a Flavio Gaitán, Gabriela Delamata e Paula Diehl por discussões sobre versões anteriores deste artigo.
- 2 Da vasta obra desse autor, cuja contribuição para a discussão do imaginário social, incluindo suas derivações em Lacan e Winnicott, examinei alhures (Domingues, 1999, cap. 2), podemos singularizar Freud, [1900] 1972, [1915] 1975 e [1923] 1975. Achamos aí as formulações sucessivas sobre o “inconsciente” e o “isso”, sobre “representações”, bem como sobre a “condensação” e o “deslocamento”. Ver também o sempre útil trabalho de Laplanche e Pontalis, [1967] 2002.
- 3 Castoriadis parece dar-se conta de que falta a criatividade social em sua concepção do imaginário radical. Entretanto, sua mera introdução de “criações” por parte da sociedade (aparentemente no reino das instituições) não é suficiente, uma vez que a continuidade entre vida individual e social é rompida, bem como mercê da ausência dos mecanismos de identificação responsáveis pela criatividade e a reificação da categoria da “sociedade” em si. Ver Castoriadis, 1994. Para uma tentativa de ligar as teorias de Castoriadis e a sociologia, ver Leledakis, 1995.
- 4 Nos próximos parágrafos baseio-me especialmente em Rock, 1987; James, 1990; Auyero, 2001; Sigal e Verón, 2003; Sénen González e Lerman, 2005; Svampa, 2006; Sidicaro, 2010. Uma das mais célebres polêmicas das ciências sociais argentinas se refere às origens do “populismo” (à qual retornarei depois), entre Germani (1965) e Murmis e Portantiero ([1972] 2000), em relação ao papel dos imigrantes internos “tradicionais” e do sindicalismo organizado. Seja como for, podemos dizer que o peronismo corresponde também à emergência da “segunda fase” da modernidade na Argentina, na qual o Estado integra os setores populares e assume centralidade na vida econômica. Ver Domingues, [2008] 2009.
- 5 Nos parágrafos seguintes apoio-me em Svampa, 2005; Delamata, 2008 e 2009; Sidicaro, 2010; Sarlo, 2011; Maneiro, 2012; bem como nos jornais argentinos e na observação direta. Aqui se trata da terceira fase da modernidade, mais plural – como concretamente argumentarei mais adiante – e contando de novo com o mercado, mas também com redes de colaboração. Ver Domingues, [2008] 2009. O kirchnerismo como tal parece ter levado a cabo, desde o Estado, uma articulação em rede desses movimentos, antes que o fazendo diretamente, de maneira distinta do que recentemente teve lugar nos outros países latino-americanos.
- 6 Nesse sentido, inclusive a Designação Universal por Filho (de outubro de 2009) tende mais a uma abordagem universal que outros esquemas de transferência de renda (aos pobres) que se encontram em toda América Latina presentemente. Ver Neri et al., 2010.
- 7 Essa condensação não ocorreu, portanto, apenas através de um elemento simbólico e muito menos através de um “significante vazio” que poderia condensar todos os outros, como se poderia supor com um uso direto das teses de Freud e, no que tange à segunda possibilidade, afirmaria Laclau (2005, pp. 69-72, 97-98, 105, 123, 171 e 217-20), tal elemento consistindo no cerne de uma cadeia de equivalentes que articula a “hegemonia”. De todo modo, esse não me parece o melhor entendimento de Freud.

- 8 Recorro aqui, para essas teses freudianas, já articuladas a uma visão mais ampla da vida social, a um livro importante sobre a “razão cativa”, de Rouanet (1985, em especial pp. 122-38, 147, 182ss, 199ss e 238). Outros mecanismos de defesa são a formação reativa, o isolamento, a inversão, a identificação e a projeção, que deveriam ser utilizados analiticamente em um estudo mais profundo do peronismo e da cultura política argentina de modo mais geral.
  
- 9 O que Laclau (2005, pp. 74, 110, 127-8 e 225) estranhamente chama de “demandas democráticas” — em oposição a “demandas populares” já totalizadas pelo “populismo”, originando-se naquelas — são na verdade demandas inscritas no campo da política como cidadania, conquanto haja no quadro da política liberal sempre um impulso a despolitizá-las, algo que, dentro do movimento da “revolução democrática” que se desdobrou desde os anos 1970 (ver Domingues, [2008] 2009), simplesmente não é possível.
  
- 10 A tese original de Germani (1965) sobre o populismo apontava para “massas disponíveis” manipuladas por “elites” emergentes na transição da sociedade “tradicional” à moderna. Suas referências eram a Argentina e o peronismo, mas a ideia foi generalizada para outros países latino-americanos e outros fenômenos políticos. Problemática (e a meu ver fundamentalmente equivocada) a tese para aquele período, a expressão degenerou nas últimas décadas em mero termo de abuso, não obstante alguns esforços para atualizar o conceito. Por outro lado, há uma estranha semelhança, malgrado valorações opostas, entre as teses de Germani e Laclau no que se refere ao papel da liderança.
  
- 11 O clássico sobre as teorias da representação é Pitkin, 1967, que revisa essas distintas perspectivas. Ver Panizza, 2005, para seguir com a discussão da obra de Laclau – incluindo-se aí a posição da dicotomia amigo-inimigo de Carl Schmitt, mas não a ideia de “democracia radical”, que foi engolida pela de “populismo” como política popular.
  
- 12 Na verdade, Durkheim estava muito mais ciente das ambiguidades e ambivalências dos símbolos sociais ao beber na obra de R. Smith, assim como fez Freud. Ver Agamben, 1997, pp. 83-89; Riley, 2005.
  
- 13 Isso não precisa implicar uma substancialização da soberania popular – e muito menos sua identificação com o Estado. A aceitação de uma visão intersubjetiva da democracia, como sugerida por Habermas (1992), é realmente importante, mas não deveria levar a reprodução de sua efetiva, conquanto parcial, aceitação do elitismo e a uma confiança excessiva na teoria política liberal, inclusive por conta de suas dificuldades para lidar com o conflito.

## REFERÊNCIAS

- Agamben, Giorgio (1997) *Homo sacer. Il potero sovrano e la vita nuda*. Turim: Einaudi.
- Alexander, Jeffrey A. (2003) *The Meanings of Social Life: A Cultural Sociology*. Oxford e Nova York: Oxford University Press.
- Alexander, Jeffrey A. (2006) *The Civil Sphere*. Oxford e Nova York: Oxford University Press.

- Arditi, Benjamin (2005) "Populism as the internal periphery of democracy", in Francisco Panizza (org.), *Populism and the Mirror of Democracy*. Londres e Nova York: Verso.
- Auyero, Javier (2001) *La política de los pobres: las prácticas clientelares del peronismo*. Buenos Aires: Manancial.
- Canovan, Margaret (2002) "Talking politics to the people : populism as the ideology of democracy", in Yves Mény e Yves Surel (orgs.), *Democracies and the Populist Challenge*. Basingstoke e Nova York: Palgrave.
- Castoriadis, Cornelius (1975) *L'Institution imaginaire de la société*. Paris: Seuil.
- Castoriadis, Cornelius (1994) "Modes of being and problems of knowledge of the social-historical", in *Philosophy, Politics, Autonomy*. Nova York: Oxford University Press.
- Delamata, Gabriela (2008) "Luchas sociales, gobierno y estado durante la presidencia de Néstor Kirchner", in Maria Regina Soares de Lima (org.), *Desempenho de governos progressistas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Edições IUPERJ.
- Delamata, Gabriela (org.) (2009) *Movilizaciones sociales: ¿nuevas ciudadanía? Reclamos, derechos, Estado en Argentina, Bolivia y Brasil*. Buenos Aires: Biblos.
- Derrida, Jacques (1966) "La Structure, le signe et le jeu dans le discours des sciences humaines", in *L'Écriture et la difference*. Paris: Seuil.
- Diehl, Paula (2011) "Die Komplexität des Populismus. Ein Plädoyer für ein mehrdimensionales und graduelles Konzept", *Totalitarismus und Demokratie*, vol. 8, pp. 273-92.
- Domingues, José Maurício (1995) *Sociological Theory and Collective Subjectivity*. Basingstoke: Macmillan Press e Nova York: Saint Martin's Press (Palgrave).
- Domingues, José Maurício (1999) *Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade contemporânea*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Domingues, José Maurício (2002) *Interpretando a modernidade. Imaginário e instituições*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Domingues, José Maurício ([2008] 2009) *A América Latina e a modernidade contemporânea. Uma interpretação sociológica*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Domingues, José Maurício ([2012] 2013) *Modernidade global e civilização contemporânea: para a renovação da teoria crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, no prelo.
- Freud, Sigmund ([1900] 1972) *Die Traumdeutung*, in *Studienausgabe*, vol. 1. Frankfurt am Main: S. Fisher.
- Freud, Sigmund ([1915] 1975) "Das Unbewusste", in *Studienausgabe*, vol. 3. Frankfurt am Main: S. Fisher.
- Freud, Sigmund ([1923] 1975) *Das Ich und das Es*, in *Studienausgabe*, vol. 3. Frankfurt am Main: S. Fisher.

- García Canclini, Néstor (1995) *Consumidores y ciudadanos: conflictos multiculturales de la globalización*. México: Grijalbo.
- Germani, Gino (1965) *Política y sociedad en una época de transición: de la sociedad tradicional a la sociedad de masas*. Buenos Aires: Paidós.
- Gramsci, Antonio ([1929-1935] 1975) *Quaderni dei carceri*, vols 1-3. Turim: Einaudi.
- Habermas, Jürgen (1992) *Faktizität und Geltung*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Hirschman, Albert O. (1976) *The Passion and the Interests: Political Arguments for Capitalism before its Emergence*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- James, Daniel (1990) *Resistance and integration: Peronism and the Argentine Working Class, 1946-1976*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Laclau, Ernesto (2005) *On Populist Reason*. Londres e Nova York: Verso.
- Laclau, Ernesto e Mouffe, Chantall (1985) *Hegemony and Socialist Strategy*. Londres e Nova York: Verso.
- Laplanche, Jean and Pontalis, Jean-Bertrand ([1967] 2002) *Vocabulaire de la psychanalyse*. Paris: PUF.
- Lefort, Claude (1981) *L'Invention démocratique: les limites de la domination totalitaire*. Paris: Fayard.
- Leledakis, Akis (1995) *Society and Psyche: Social Theory and the Unconscious Dimension of Social Life*. Londres: Berg.
- Maneiro, María (2012) *Encuentros y desencuentros: Estado y movimientos de trabajadores desocupados del Gran Buenos Aires (1996–2005)*. Buenos Aires: Biblos.
- Martínez, Tomás E. (2003) *Requien por un país perdido*. Buenos Aires: Aguilar.
- Murillo, Sonia (2008) *Colonizar el dolor: la interpelación ideológica del Banco Mundial en América Latina. El caso argentino desde Blumberg a Cromañon*. Buenos Aires: CLACSO.
- Murmis, Miguel and Portantiero, Juan Carlos ([1972] 2006) *Estudios sobre los orígenes del peronismo*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Navarro, Marysa (1977) "The case of Eva Perón", *Signs*, vol. 3, pp. 229-40.
- Neri, Aldo et al. (2010) *Asignación universal por hijo: ciclo de conferencias*. Buenos Aires: AAPS.
- O'Donnell, Guillermo (1991) "Delegative democracy", *Journal of Democracy*, 5, 1994, pp. 55-69.
- Panizza, Francisco (2005) *Populism and the Mirror of Democracy*. Londres e Nova York: Verso.
- Pitkin, Hannah F. (1967) *The Concept of Representation*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press.

- Riley, Alexander T. (2005) "'Renegade Durkheimianism' and the transgressive left sacred", in Jeffrey A. Alexander and Philip Smith (orgs.), *The Cambridge Companion to Durkheim*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rock, David (1987) *Argentina, 1516-1982: from Spanish Colonization to Alfonsín*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- Rouanet, Sérgio Paulo (1985) *A razão cativa*. São Paulo: Brasiliense.
- Sarlo, Beatriz (2011) *La audacia y el cálculo: Kirchner 2003-2010*. Buenos Aires: Sudamericana.
- Sarmiento, Domingo F. ([1845] 1977) *Facundo. Civilización y barbarie: vida de Juan Facundo Quiroga*. Caracas: Biblioteca Ayacucho.
- Senén González, Santiago and Lerman, Gabriel D. (2005) *El 17 de octubre de 1945: antes, durante, después*. Buenos Aires: Lumiere.
- Sidicaro, Ricardo (2010) *Los tres peronismos: Estado y poder económico*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2ª. edição.
- Sigal, Silvia and Verón, Eliseo (2003) *Perón o muerte: los fundamentos discursivos del fenómeno peronista*. Buenos Aires: Eudeba.
- Svampa, Maristella (2005) *La sociedad excluyente: la Argentina bajo el signo del neoliberalismo*. Buenos Aires: Taurus.
- Svampa, Maristella (2006) *Barbarie o civilización: el dilema argentino*. Buenos Aires: Taurus, 2ª. edição.

## **EDIÇÕES ANTERIORES**

- Caderno de Trabalho Netsal v1. n.1 (jan/mar 2013) – Participação, Poder e Democracia

